

Relatório do BID dará aval

Aylê Salassié

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deve divulgar esta semana o seu relatório sobre o comportamento das economias dos países do continente e tudo indica que o Brasil e o Peru, justamente os que assumiram posições mais radicais em relação à dívida externa e que recusaram as fórmulas do Fundo Internacional, são os que apresentam melhores resultados.

Curiosamente, o México, que acaba de fazer uma ampla renegociação de sua dívida externa, coroada de elogios dos credores, está incluído no relatório do BID entre os países da América Latina que revelaram o pior desempenho econômico interno: queda de 4% no Produto Interno Bruto, ou seja, recessão com desemprego generalizado.

Em relação ao Brasil, o relatório vem, entretanto, reforçar a correção da posição do governo Sarney de não aceitar qualquer negociação do endividamento brasileiro que implique em comprometer o crescimento da soberania do país. Sarney quer evitar, mas está disposto a enfrentar o desafio de um grupo de banqueiros credores do Brasil, liderados por John Reed, do Citicorp, e pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, que insistem, como preliminares para a renegociação, na regularização dos pagamentos dos encargos da dívida e na ida do Brasil ao FMI, que significa um programa de austeridade econômica.

De acordo com informações reunidas no Palácio do Planalto, os banqueiros já manifestaram junto à Securities and Exchange Commission — uma espécie de Comissão de Valores Mobiliários — a decisão de não fazer concessões extraordinárias ao Brasil, particularmente por entenderem que uma capitulação dos bancos poderia fazer com que outros devedores viessem a exigir as mesmas condições.

As preliminares dos banqueiros parece ter sido acrescentada mais uma: a disposição de afastarem o ministro Dilson Funaro, cujas idéias sobre a dívida são consideradas por eles excessivamente arrojadas para um momento de crise financeira internacional. Foi assim na Argentina, com o ministro das Finanças, Bernardo Grispum, e não acham que será diferente em relação ao Brasil.

Entretanto, a tese do ministro Funaro, de que a dívida externa dos países do Terceiro Mundo devem passar por uma discussão política, acaba de ganhar o primeiro round. O Peru conseguiu — depois de vários anos in-

sistindo — incluir na pauta da próxima reunião da Organização das Nações Unidas uma discussão ampla sobre a questão do endividamento dos países pobres. Isso significa que o problema pode deixar de ser considerado meramente financeiro para adquirir o cunho político de que fala o ministro Funaro.

Sarney

Essas e outras manifestações de simpatia pela posição brasileira vêm, entretanto, acirrar os ânimos dos banqueiros, de um lado, e consolidar a decisão brasileira, de outro. Tudo indica que o Brasil não fará as concessões requeridas pelos credores.

Não é por razão menor que o presidente José Sarney reuniu-se na sexta-feira com todos os parlamentares e ministros do PMDB num jantar no Palácio da Alvorada e ontem com lideranças empresariais de São Paulo. Dos políticos — Sarney terá um encontro também com o PFL — o presidente quer o apoio interno para as negociações — frustrado na discussão do pacto social pelo Ministério do Trabalho — e dos empresários e garantia e disposição para continuarem a investir, de modo que o Brasil possa bancar o crescimento, caso não venha a contar realmente com nenhum recurso externo.

O presidente quer ainda uma reunião com líderes sindicais dos trabalhadores e foi essa a razão principal das visitas a Brasília do vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, e do ex-deputado Aírton Soares, ambos com fácil trânsito nessas áreas. Aírton tem tido, inclusive, seu nome ventilado dentro do Palácio do Planalto como um dos prováveis candidatos à sucessão do ministro Almir Pazzianotto, numa possível reforma ministerial.

Certo é que o presidente deu uma perigosa "cartada externa" — está "arriscando o próprio pescoço", segundo o experiente político dos idos de 1964. Almino Afonso — cujo êxito requer também uma audaciosa "manobra interna".

No Palácio do Planalto há quem interprete a estratégia do presidente como "a busca do pacto social por outros caminhos". Acredita o presidente Sarney que só assim se poderá evitar que o Brasil venha a se submeter às exigências dos credores. Pesquisas de opinião realizadas no México têm revelado uma profunda amargura da população com a situação econômica interna e uma total incerteza em relação ao futuro do país.